



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA: CONFLITO EM GOIÁS, IGREJA E TRABALHADORES RURAIS EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA

Amone Inacia Alves*
(UESB)

RESUMO

O presente estudo, fruto da tese intitulada: “Quem deu à luz: a formação de trabalhadores rurais em Goiás” pretende mostrar o cenário da educação não formal com os camponeses em Goiás e o papel assumido pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. Pretendemos nessa análise, mostrar o mito fundador de que em Goiás a apatia dos trabalhadores resulta em passividade e em ausência de movimentos sociais. Diante dessa proposta de trabalho, entrevistamos trabalhadores rurais que participaram das ocupações no Estado Goiano, posteriormente, lideranças atuantes no meio rural, no propósito de localizar esse aprendizado nos enfrentamentos com o Estado, a fim de mostrar a efetividade do trabalho de formação da CPT e como esse discurso foi interiorizado por esses trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Protagonismo. Trabalhador rural.

INTRODUÇÃO

Esse estudo visa mostrar a organização dos trabalhadores rurais em Goiás, a partir do movimento social que resultou na ocupação da Fazenda Estiva, e posterior Assentamento São João do Bugre. Essa análise nos permite desmontar o mito fundador⁴⁵ de que o território goiano, ao contrário de outros territórios brasileiros, possui um trabalhador ordeiro, pacato, submisso e, portanto, incapaz de militância política.

* Professora Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – FE/UFG. E-mail: amoneinacioa@yahoo.com.br.

⁴⁵ Segundo Marilena Chauí (2001), os mitos fundadores oferecem um repertório inicial de representações da realidade, reorganizando-as em cada momento de formação histórica e de acordo com a hierarquia interna. Abarca as ideologias, que através dos mitos, atualiza-os sem perder o sentido da origem. É por meio das ideologias que os mitos se repetem sob novas roupagens.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A escolha desse assentamento, na região de Goiás, se deu devido ao fato de que a Fazenda Estiva foi pioneira no enfrentamento das ocupações do Estado, ensinando o 'caminho das pedras' aos demais movimentos. As entrevistas selecionadas com esse grupo de camponeses apontaram para o fato de que inexistiam movimentos sociais anteriores a esse movimento no campo, em Goiás.

As observações iniciais apontaram diversas direções. Uma delas foi para a percepção dos sentimentos de orgulho pela posse e conquista da terra, considerada como o início de uma série de outras conquistas, como o de renda para o núcleo familiar. Outra observação foi quanto às representações afetivas construídas no convívio com outros assentados. Muitos, além de companheiros de acampamento, tornaram-se compadres, representando no mundo camponês como a ampliação da família. Sociologicamente significa o alargamento dos laços de sociabilidade, traços do passado que aparecem vez e outra nas sociedades tradicionais, mediadas pela forte ação da igreja Católica no mundo rural.

Sobre os saberes sociais construídos, notamos que entre os camponeses, todo conhecimento adquirido não tem um dono propriamente dito, mas faz parte de toda a comunidade e é fruto de uma experiência transmitida pelos antepassados. É a tradição incorporada aos valores sociais, na visão de mundo e na própria prática social. Conhecimento "sem dono" é apropriado coletivamente pela comunidade. Por exemplo: "Como se fazia lá na Fazenda tal". "Lá em Goiás se fazia assim". Vimos uma rezadeira que aprendeu com a família, também de rezadeiras, a benzer os filhos da comunidade. Disse-nos que tentava ensinar à neta os segredos da benzeção para assim, deixar os seus conhecimentos para outras gerações.

Diante dessas percepções, mostraremos nesse texto que tipo de aprendizagem – saber social – os camponeses compartilham no momento das ocupações? Quais valores sociais são adquiridos? Quem ensinou e aprendeu na Fazenda Estiva/ São João do Bugre?

1.1 A origem do Assentamento São João do Bugre e o trabalho de formação da CPT.



A origem da ocupação na Fazenda Estiva se deu em ocasião que Antônio Alves de Sousa – o Antônio Baiano⁴⁶ – chegou à Fazenda Estiva em 1979, lá encontrando Antônio Vitorino. Do outro lado do Rio do Bugre, na Fazenda São João do Bugre, moravam outras cinco famílias, trabalhando na condição de agregadas. Nesta versão, segundo Antônio Baiano, Alceu de Barros lhe confidenciou que estaria providenciando a documentação da terra e, quando terminasse o pleito, ele poderia permanecer onde estava.

No entanto, de acordo com este relato, em março de 1981, ou seja, três anos depois, apareceu Helion Barros de Oliveira, filho de Alceu de Barros, pressionando para que todos dali se retirassem, uma vez que havia comprado as terras de seu pai. Antônio Baiano afirma que inicialmente, o próprio Helion o procurou, fortemente armado, exigindo sua saída. Dois meses depois, os jagunços abriram uma picada e fizeram uma cerca ao redor do rancho. Seguiram-se os incêndios, cortes da plantação, tiros a esmo e dois despejos, sendo o primeiro datado na ordem judicial de 28 de junho de 1984.

Diante de tanta pressão, cinco famílias foram embora da região. Antônio Baiano afirma que Antonio Vitorino teria sido cooptado por Helion, prometendo-lhe a permanência na terra, caso ele não entrasse no movimento. O processo de grilagem referia, principalmente, a Antônio Baiano. O fato é que Antônio Baiano convenceu os outros vizinhos a resistirem na terra, a fim de assegurarem ali a sua permanência.

Já no relato de Gomes (1995, p.44-45), o conflito apresenta outra versão. Na Fazenda em questão, viviam seis famílias em uma área de 454.8221, cuja posse já havia sido requerida ao Instituto Agrário do Estado de Goiás - Idago. Há mais de trinta anos, cultivavam vários produtos, como arroz, mandioca e banana, além da criação de animais. Em 1980 Helion de Barros Oliveira procurou incorporar na sua

⁴⁶ O único possessor, propriamente dito era o Antônio Baiano, apesar de, a partir de 1983 passaram a morar dezoito famílias em um mesmo rancho de folha de bacuri, de 6mx 3m. (p.92)



fazenda a área ocupada pelos posseiros, mediante ameaças e pressões, usando muitas vezes o subterfúgio de subornar os posseiros a deporem ao seu favor.

Contudo, os posseiros, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, requereram providências legais, como o mandato de segurança, pois já tinham o direito legal de posse. A esses posseiros somaram-se mais famílias, com a finalidade de, tanto permanecer nos lotes, como prestar solidariedade aos antigos moradores.

O agravamento da situação se deu quando, em 30 de maio de 1984, o fazendeiro Helion de Barros de Oliveira, acompanhado de um jagunço armado, invadiu a residência de Antônio Alves de Souza, Antônio Baiano, atacando-o violentamente, o que provocou a sua hospitalização e um inquérito policial registrado na Polícia de Goiás.

O histórico de agressões não parou por aí. Em 25 de junho do mesmo ano, o Antônio Baiano tornou a ser agredido por Helion no Cartório da cidade de Goiás, sendo testemunhado por oito funcionários do estabelecimento. Ao mesmo tempo, por ordem da ação judicial do juiz da Cidade de Goiás, João Jubé, no dia 26 de junho do mesmo ano, três famílias foram despejadas da fazenda, acompanhadas pelo oficial de justiça com mais três jagunços.

No momento do despejo, só estavam presentes no acampamento, as crianças, pois os posseiros trabalhavam nas plantações. Os jagunços quebraram os pertences dos moradores, levando os entulhos em um caminhão. No dia seguinte, mais uma vez, a mando de Helion, jagunços armados atearam fogo em quatro ranchos e duas residências, uma casa de farinha e um paiol. Além disso, soltaram 86 cabeças de gado nas plantações, destruindo-as. No decorrer dos acontecimentos mais uma vez Antonio Baiano foi ameaçado de morte.

O conflito desvelou ainda aspectos simbólicos, que fizeram despertar sentimentos sobre aspectos morais de continuar na terra:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Eu tinha um cachorro que vivia correndo *pelaplantação*. Naquele dia deixei ele amarrado e tive que sair daqui. Eles (os jagunços) colocaram fogo em tudo. Quando eu cheguei aqui vi o cachorrinho todo sapecado. Daí deu uma revolta tão grande, que resolvi continuar aqui. (Entrevistado 08⁴⁷)

As descrições mostram participação violenta de Helion, nas tentativas de despejo dos posseiros na Fazenda Estiva, mas diferem quanto à interpretação dos interesses, seja em cobrar uma herança ou simplesmente alargar os territórios da sua propriedade. O fato é que Antônio Baiano foi o primeiro posseiro a reivindicar a ‘posse’ da Fazenda Estiva, por já ter nela vivido na condição de agregado. Os demais posseiros chegaram depois por motivos diferentes⁴⁸. Em entrevista concedida, um trabalhador rural, afirmou para lá ter ido, em solidariedade ao “compadre posseiro”:

Cheguei à Estiva porque soube que o compadre estava aqui com dez filhos passando a maior dificuldade. Isso porque o Fazendeiro (referindo ao Helion o reivindicante da terra) ameaçava ele e a família dele. Queria cobrar um preço alto *pelaplantação*. Se tivesse pagado pela plantação, o compadre teria ido embora das terras. Mas como não teve acordo, ele resolveu ficar. (Entrevistado 08)

No início do conflito não apareceu nos depoimentos qualquer menção ao que poderíamos chamar de “consciência política”, que habilitasse os posseiros da Fazenda Estiva para uma militância no que se referia à conquista da terra. Essa “consciência” apareceu no decorrer do conflito, conforme assinala o entrevistado 08:

⁴⁷ Preferimos utilizar de anonimato para proteção e confidencialidade dos sujeitos de pesquisa.

⁴⁸ Foram esses os posseiros que chegaram depois de Antônio Baiano: Iron de Araújo Souza, Aparecido Gabriel Prata, Dorival Barroso de Carvalho, Sebastião Silva, João da Mata Santana (irmão do Manoel da Mata, Manoezão), Baltazar Paulínio da Silva, Sebastião Bernardo da Silva e Manoel da Mata. Exceto o último da lista e seu irmão, alguns dos posseiros vieram trazidos pela igreja e sindicato de Itapuranga, segundo Antônio Baiano, lhes disse que “havia terra para todo mundo”.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Nós não tinha interesse, no início, em ficar na terra. O que eu queria, como disse para a senhora antes, era ajudar o compadre a receber o que tinha de direito. Mas depois eu passei a ver o seguinte: a terra é para quem precisa trabalhar. Aqui todo mundo era trabalhador rural e se conhecia. [...] Não era gente aventureira e da cidade. Eu mesmo, nunca vivi na cidade. Sempre trabalhei na roça. Passei a ficar aqui e disse: serei o último a sair. E fiquei até hoje.

O conflito, aos poucos, despertou o engajamento dos agentes pastorais que passaram a visitar a Fazenda Estiva, o que foi decisivo para “o despertar” dessa “consciência política”, tanto deles, como dos próprios posseiros. O entrevistado 08 destacou a importância da Igreja naquele momento:

No começo até para os agentes virem aqui era complicado. Isso porque agente vivia “amoitado” com medo de tiro que vinha de todo lado. O pessoal vinha e reunia na casa do compadre. Até eles não sabiam direito o que fazer. Então posso dizer que não ensinaram a gente, não. Ninguém tinha experiência com luta. Pode dizer que eles aprenderam também com a gente. (Entrevistado 08)

O “aprender com a gente” coaduna com o caráter espontaneísta que a Igreja inaugurava na área social. Isso significou, em muitos momentos, trocar “os pés pelas mãos”, quanto ao trato em relação às ocupações ou posses. O fato é que, em várias ocasiões, os agentes pastorais tomaram “as dores” dos trabalhadores, chegando a agir em nome deles.

Mas essa situação revela ainda outro aspecto também importante, que é o aprendizado na prática do que significa a opção pelos pobres. Aos poucos, agentes pastorais, religiosos e demais membros da igreja tomaram conhecimento de uma realidade até então nova, desconhecida e desafiante. Pode-se afirmar que a Fazenda Estiva/São João do Bugre teve esse significado para a igreja em Goiás.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Exemplo desse engajamento, na ocasião do conflito, Dom Tomás Balduino⁴⁹ realizou uma missa na catedral da Cidade de Goiás, solidarizando com os posseiros, ao mesmo tempo em que ações de despejo foram ordenadas pela justiça local⁵⁰.

A Fazenda Estiva marcou um novo posicionamento da igreja em relação aos conflitos agrários, o que significou, também, em fazer algumas escolhas. Sobre esse novo posicionamento, o entrevistado 10, ex-agente da pastoral é significativo:

Então, o primeiro trabalho da CPT foi teológico, porque a igreja antigamente tinha uma aliança com a oligarquia rural que defendia que a propriedade era sagrada, então ninguém poderia tocar que era tabu. E isso era de Deus, era assim mesmo. A pastoral da terra teve que fazer um trabalho de reconceitualização teológica, para entender até que ponto a propriedade era sagrada e se era sagrada mesmo e se era pecado mesmo fazer ocupação de terra e querer uma terra. E, muitas vezes, caminhava mesmo na linha de dizer que era inveja, querer o que era do outro. Muitas vezes mesmo, caminhava numa linha moral, de entender que hoje tem muita gente sem terra, e muita terra sem gente. Isso é fruto de uma história de construção histórica, e não de uma realidade dada por Deus. (Entrevistado 10)

Neste sentido, percebe-se que a igreja teve que também se adaptar à proposta de acompanhar os trabalhadores nas suas ações, adaptação essa que demarcou terreno para importantes tomadas de decisões. Significou optar entre falar em nome dos trabalhadores ou assumir a sua causa. Em várias ocasiões, houve as duas coisas, sendo que em muitas vezes, a igreja, a partir da atividade pastoral, participou das batalhas com os litigantes:

⁴⁹ Além disso doações em favor dos “Posseiros da Estiva” eram estimuladas pela própria igreja.

⁵⁰ A imissão na posse só foi possível no dia 12 de novembro de 198, sendo que o decreto de desapropriação foi no dia 10 de agosto de 1987.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Teve dia que a coisa ficou feia aqui. Aconteceu que uma vez, que estava forte o tiroteio. As mulheres *ficava* aqui na casa cuidando do *comer* dos trabalhadores, e os homens ou na lavoura ou resolvendo as coisas (na cidade). Teve um dia em que era tanta bala vindo que eu e a irmã Zenaide chegamos a andar arrastando, com medo de ganhar tiro. (Entrevistado 11)

Em um primeiro momento, esse trabalho funcionou no plano da assessoria jurídica, no apoio, ou na própria organização, como na doação de alimentos, roupas e remédios pelas comunidades católicas. Porém, em um segundo, e talvez o mais importante momento, o trabalho da CPT foi no sentido de um apoio moral, amparo substancial para as suas conquistas.

Quanto ao apoio moral, a religiosidade conferiu uma força para que houvesse resistência aos grileiros, à justiça e à própria desmotivação, muito comum entre os que se encontravam na condição de *semterras*:

Então tudo isso foi feito um trabalho, me lembro muito bem que, no início, os agricultores resistiram e disseram: não, não farei isso, é pecado. Mas na medida em que os trabalhadores foram percebendo que a terra é um dom de Deus, deixada para todos, e que quem começou com a escritura foi exatamente aqueles que tinham a responsabilidade de cuidar, então as pessoas começam a rever a sua concepção teológica, sua relação com a terra, sua perspectiva de fé e começam então a ter experiências importantes de luta pela terra. Os trabalhadores começam a fazer uma releitura da própria palavra de Deus e dos seus conceitos e preconceitos ideológicos nessa questão da terra. Então começa a ter trabalhadores que dizem: não é assim. (Entrevistado 10)

Essa fala do ex-agente é ilustrativa, porque mostra que o trabalho da CPT foi, também, na direção de uma conscientização dos trabalhadores rurais. Empenhar pelos seus direitos não era um erro, mas uma necessidade, haja vista as más condições em que se encontravam anteriores à fase do acampamento.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A CPT conferiu ainda um novo *status* ao andamento dos fatos, quanto à possibilidade de organização, que praticamente no campo era desconhecida. A fala do depoimento 08 mostra a importância desse respaldo político:

Só que, antes, a gente não pensava nessas entidades de apoio. Não pensava em sindicato, não pensava na federação dos trabalhadores, CPT, a gente não conhecia. A gente não sabia nem se tinha algum advogado que teria coragem de trabalhar pra uma pessoa que tava naquela situação [...] Um trabalhador pensando no outro trabalhador. Mas pensando que a gente teria a ajuda de Deus, só. (*apud*, PESSOA, 1999a, p. 92)

Esse respaldo político foi responsável pelo *modusoperandi* que seria adotado dali por diante pela igreja, presente em outras ocupações. Era necessário constituir um modo de ação, que de fato marcasse a presença da CPT na área da formação. Isso porque, conforme dito no capítulo anterior, em um primeiro momento, da transmissão do *capital* simbólico, optou-se por transmitir um *capital* político, municiando os trabalhadores de argumentos para o enfrentamento nas primeiras demandas de terra.

Esse *modusoperandi* pretendia mudar o *habitus* do trabalhador, ampliando a sua concepção sobre a necessidade de resistência, ou do empenho nas conquistas advindas dos embates:

Mas na medida em que os trabalhadores foram percebendo, que a terra é um dom de Deus deixado para todos, e que quem começou com a escritura foi exatamente aqueles que tinham a responsabilidade de cuidar, então as pessoas começam a rever a sua concepção teológica, sua relação com a terra, sua perspectiva de fé, e começam, então, a ter experiências importantes de luta pela terra. Os trabalhadores começam a fazer uma releitura da própria palavra de Deus e dos seus conceitos e preconceitos ideológicos nessa questão da terra. Então, começa a ter trabalhadores, que dizem: não é assim. (Entrevistado 10)



Essa mudança de perspectiva em relação ao *habitus* incluiu, na formação, um tipo de *capital* religioso, que consistia em enxergar a terra como promessa de Deus. Com esse intento, a CPT conseguiu atingir mais trabalhadores, quanto à apropriação da linguagem bíblica, conforme relato do depoimento 12, de um trabalhador, ex-agente pastoral:

Eu vivia na terra com os meus irmãos e meu pai. A gente começou, então, a participar da leitura da bíblia, e logo em seguida já, no começo de 78, a gente começou a discutir a questão do sindicato daquela região lá. Uma coisa que deu muita força para a gente naquela época do regime militar foi a CPT, que já tinha um trabalho grande na região de Goiás. Mas na minha diocese de S. Luis de Montes Belos, o bispo não aceitava, por causa dos fazendeiros, da terra muito concentrada. Aí, mesmo assim, nós fazíamos as nossas reuniões da comunidade. (Entrevistado 12)

O trabalhador aos poucos foi se formando, a partir da absorção de um tipo de militância política, imbricada com uma perspectiva religiosa. Conforme afirma Franco (*Apud* PESSOA, 1999a, p. 109), a ocupação de terras passou a ser uma “ação política sacralizada”. Sem essa sacralização, acreditamos que, talvez não fosse viável se pensar em ocupações e posses no contexto dos anos 1980⁵¹.

Essas disposições internalizadas aparecem nas falas e práticas, no momento do confronto direto com a polícia, seja para acalmar demandantes pela terra, ou mesmo para conferir um alento:

[...] Em São João do Bugre, um trabalhador que está assentado lá até hoje, um senhor de idade o senhor Antônio, em que ele começou a fazer uma luta pela terra, pela posse dos pais que estavam a sessenta anos. A terra foi grilada, e ele fez toda uma luta, e a questão da terra entrou junto nessa luta, e o ajudou. Ele

⁵¹ Essa absorção da religiosidade, ainda que pretensamente desprezada por alguns movimentos sociais, dentre eles o MST, em seu confesso ateísmo, é bastante presente entre os trabalhadores rurais, cuja grande parte se diz praticante de alguma religião, em sua imensa maioria, católica ou evangélica. Mesmo em assentamentos com bandeira do MST, grande parte da população se diz religiosa e praticante de alguma religião.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

dizia: eu rezo duas horas por noite para dar conta do enfrentamento da pistolagem no outro dia. (Entrevistado 10)

Essa aquisição religiosa, internalizada, cuja primeira mediadora da formação passou a ser a Comissão Pastoral da Terra, serviu para dar uma maior visibilidade à Igreja Progressista⁵², definindo a área da formação, ainda que não houvesse um consenso sobre a participação de membros católicos nas lutas sociais⁵³.

O simbolismo está presente nas paredes. Em todas as casas visitadas, vimos nas paredes emparelhados quadros de santos de devoção familiares, “folhinhas” com datas e fotos familiares, de parentes que nem sempre estão mais presentes no núcleo da família.

Outra cena tipicamente rural, vasos de plantas em todo o território das casas, ao lado de eletrodomésticos modernos, que em muitas casas se tem⁵⁴. Ainda que ocorreram diversas mudanças provocadas com a industrialização, encontramos um camponês marcado por várias persistências, como por exemplo, na própria relação com a natureza, com a observação dos sinais de chuva, estiagem, friagem e seca.

Ainda que os trabalhadores rurais tenham sido afetados pela itinerância – a maioria dos moradores de São João do Bugre morou em diversos endereços, antes do assentamento–, esse modo de vida não destruiu os traços culturais camponeses.

⁵² É claro que não se pode deixar de mencionar a participação de uma ala da igreja ligada à hierarquia eclesial. O episcopado de Dom. Tomás Balduino foi significativo, no sentido de aproximar a igreja das causas sociais, como na criação do MEB, ou mesmo da participação da CPT.

⁵³ Vários bispos impediram a atuação da CPT nas suas Dioceses, seja pelo próprio conservadorismo de suas convicções, ou por receio da identificação da igreja com os movimentos sociais, e a consequente perda de membros, que não queriam participar desse tipo de comunidade religiosa.

⁵⁴ Em uma das casas, vi uma moderna máquina de moer o milho para fazer pamonha, em situação de desuso. Ao questionar a moradora o porquê do processo inteiramente manual, fomos surpreendidos pela resposta que a máquina alterava o sabor do produto feito, daí a preferência do não uso do equipamento.



A exemplo da religiosidade, presente em diversos momentos da vida rural: plantio, colheita, sumiço das cobras, etc.

Quando nos reportamos a trabalhadores rurais, e principalmente nos momentos de luta por seus direitos, é que esses saberes vêm à tona. Ianni diz que um dos grandes fracassos dos movimentos sociais e urbanos quando há militantes camponeses em seus quadros, é a forma como são retratados como primitivos, pré-políticos, sem-história, social e culturalmente inferiores, devido à natureza da economia camponesa.

Assim sendo, é um grande erro compreendê-los com a ótica da cidade, não percebendo a organização de seus saberes. Os camponeses são perfeitamente capazes de julgar a situação política, “[...] mas a sua dificuldade está em distinguir os movimentos políticos mais amplos que podem determiná-la. Predomina uma visão externa, na qual sobressaem aspectos econômicos e políticos”. (IANNI, 1997)

A incompreensão urbana em relação aos movimentos sociais rurais existe devido ao caráter muitas vezes conservador do movimento camponês, que não se propõe a conquistar o poder estatal, a organização da sociedade nacional e a hegemonia camponesa. O objetivo das suas lutas encontra-se na conquista da terra. Uma vez alcançado, ele não dá seguimento a um projeto de mudança mais incisiva e revolucionária.

Ao analisarmos esse trabalhador que permaneceu organizado em um movimento social, percebemos que a aquisição do saber social o modifica, ainda que parcialmente. A experiência adquirida no movimento social constitui uma marca nesse trabalhador, agora transformado em militante político. No entanto, não dá para compreender que a sua luta está restrita à questão da terra. Segundo Ianni (1988, p.111), o que está em jogo é mais do que isso: é a luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e de trabalho.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Isso porque toda forma de opressão econômica torna-se também uma opressão cultural, social e política. Ianni diz que a relação do camponês com a terra é mediada com base na sua vida espiritual.

Quando se diz que nos dia-a-dia esses elementos se entrecruzam, pretende-se afirmar que a questão da terra não deve ser compreendida apenas no âmbito da posse. Elementos da religiosidade popular que permeiam o modo de vida camponês imprimem-lhe uma identidade social religiosa, que visam, antes de tudo, formar e transformar a visão de mundo. O engajamento político do camponês passa a ser visto como um chamamento místico, assim como de todos aqueles que se comovem com a questão, conforme demonstra uma trabalhadora rural do Assentamento São Carlos:

[...] Eu decidi, na Quinta-feira das Dores, na celebração dos Santos Óleos. Estava lá Dom Tomás, celebrando a missa e pediu pra nós ter um compromisso com a população necessitada. Então eu já saí de lá com essa ideia, impressionada com o que podia fazer. Eu pensei assim: “a terra é o maior compromisso que a gente tem com a comunidade”. (GOMES, 1992)

Às vezes, a observação que o camponês tem desse enfrentamento envolve também uma visão bíblica de conquista da terra, situação ingênua em que todos os problemas seriam magicamente resolvidos com a sua posse. O meio apresenta, assim, a saída para todas as dificuldades vivenciadas até então. Em um outro momento do depoimento:

Os filhos da gente passando fome, então o Evangelho ensina como é que a gente clareia as coisas da vida. Então a gente fica com muita dó de ver aqueles meninos mendigando pelas ruas. Então a única maneira que a gente pensou, foi na terra, porque na terra, a gente planta a roça e colhe. A gente tem mandioca, banana, arroz, feijão, milho, uma batata, uma galinha, ovo, um porquinho, um animal para andar. (p. 78)



Nesse relato, documentado por Gomes (1995, p.66) se expressa ainda o desejo salvacionista, com que aqueles que participam do movimento visam “salvar” os pobres e oprimidos sem terra. Alguns assumem essa proposta como missão.

A percepção desse modo de vida camponês, segundo o qual a religião representa o amálgama das relações, apresenta um sentido simbólico⁵⁵ de libertar do que é considerado opressão, no caso o trabalho assalariado, tanto no campo como na cidade. Esse sentido simbólico é evocado nos próprios costumes, pelas práticas de mutirão e pelas crenças em comum.

A importação de costumes urbanos não significou a modificação da vida dos trabalhadores rurais. Muito pelo contrário. A cada instante afloram resquícios da religiosidade, do misticismo, do messianismo e do milenarismo – tão próprios das tradições. Martins postula que o significado disso é que há uma dinâmica da sociabilidade que possui aparência de tradicional, mas que aceita e se alimenta também dos conteúdos novos, isto quer dizer que, na sociedade a aparência é tradicional, mas na essência, é adepta dos novos conteúdos:

É aí que está, no meu modo de ver, o fator dinâmico de uma sociabilidade que parece tradicional, mas que se alimenta dos conteúdos novos das mediações a que me refiro. Mediações que dão abrangência e universalidade aos antagonismos no que muitos pensam ser meramente conflitivo. (MARTINS, 1993, p.38)

Assim, essa sociabilidade é maleável porque aceita o novo, através da mediação de interlocutores, como a ação da CPT. Contudo, ainda que possuam uma capacidade de adaptação às novas situações, os camponeses sabem aceitar as novidades dentro das fórmulas do velho, isto é, das tradições. Em uma perspectiva diferente se posiciona o trabalhador rural: “Quem entra em um caminhão nas

⁵⁵ Cohen (1978, p.38) diz que “símbolos são objetos, atos, conceitos ou formas linguísticas que acumulam ambigualmente vários significados diferentes e que simultaneamente evocam emoções e sentimentos, impelindo os homens à ação”.



madrugadas, carregando um alicate para cortar uma cerca de arame, o faz porque já se cansou das conciliações e das promessas políticas”. (PESSOA, 1999a, p.111)

Faz-se necessário lembrar que esses trabalhadores rurais são sujeitos reais, portadores de um discurso próprio de demandas sociais e de historicidade. De camponês⁵⁶ que atribui um significado à terra, com a expansão capitalista no campo e das suas consequentes contradições, como situações de grilagem e de empresa agrícola, é o cotidiano dos pobres que está sendo paulatinamente reinventado. Um dos mecanismos dessa reinvenção é a própria inserção não só de trabalhadores rurais, como também de trabalhadores urbanos, cujas diferenças não são capazes de alterar a condição de explorados do processo produtivo, econômico e social.

Por mais que esses trabalhadores sejam incorporados ao mundo urbano, e necessitem de uma capacitação para participar da vida nas cidades, essas disputas revelam que esses trabalhadores possuem a sua própria autonomia e constroem formas de sociabilidade peculiar, atribuindo à conquista da terra também um significado próprio.

CONCLUSÕES

Como vimos, o conflito vivenciado na ocupação da Fazenda Estiva revelou a mobilização do camponês goiano, desmontando as teses de incapacidade organizativa, apatia e submissão frente à expansão do capital. Mostrou, ainda, o protagonismo exercido por aqueles trabalhadores que, embora com o forte apoio da igreja, se mostrou presente e ativo.

⁵⁶ Alguns autores postulam a não existência de camponeses no Brasil, desde 40 anos atrás. “O que existe hoje são os “trabalhadores rurais”, “sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares” que são as moedas em circulação no “mercado simbólico” que também são as lutas sociais, que têm o seu lastro próprio nas realidades que criam”. (Leite, 2004, p. 104).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O enfrentamento configura-se um ato educativo, pois a educação deixa de ser uma mera atividade diária e constante, e torna-se um resultado de disputa por diferentes modos de conceber o mundo, conhecimentos, padrões de conduta e moral que pouco aparecem nos programas das escolas. São as práticas educativas que engendram um saber informal adquirido no trabalho e na vida, como necessárias para a própria sobrevivência como sujeito social e classe econômica. Esses saberes são reproduzidos pelos sujeitos sociais nos seus locais de trabalho e de enfrentamento se tornam responsáveis pela constituição de um novo saber que é incorporado à práxis de cada um e passa a integrar o seu modo de pensar o cotidiano.

Mostramos que o grande equívoco que vigora ainda na sociedade é buscar compreender o campo a partir da cidade, sem passar pela ótica camponesa, erro compartilhado por todos aqueles que fizeram assessoria política e formação.

Percebemos que as ideias que a CPT tinha sobre esses trabalhadores rurais foram também se transformando ao longo de sua história, que os via desarticuladamente, incapazes de mobilização em favor dos seus direitos. O engano foi defeito, à medida que ficou claro que foram os trabalhadores rurais que converteram os agentes da Pastoral à proposta camponesa. O recado estava dado: os trabalhadores rurais aprenderam a lição de autonomia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
CPT – Dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.
CPT A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In STÊDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

_____. Esboço de uma alternativa para a educação no meio rural. in **Contexto & Educação**, n. 4, Ijuí, FUI, 1984.

IANNI, O. A utopia camponesa. In **Dialética e capitalismo**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. O Mundo agrário. In **A era do globalismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1987.

_____. **A Luta pela Terra**. Petrópolis. Vozes, 1977.

LEAL, C. R. A.;A. Arapuca Armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do Sudoeste Goiano. **Tese defendida em 2006**. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG/ FE, 2006.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Questões sobre o sindicalismo rural. In: **Tempo e presença**, CEDI, n. 243, jul. 1989ª, p. 7-9.

_____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1986b;

PANINI, C. **Reforma agrária dentro e fora da lei**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

PERANI, C. Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos. In **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT - dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PESSOA, J. de M. **A Revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999a.

POLETTTO, I. A terra e a vida em tempos neoliberais. In **A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. A CPT, a igreja e os camponeses. In org. **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT - dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985.

POKER, J.G A. B. A prática da vida e os desencontros da libertação. **Dissertação defendida** na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994. Universidade de São Paulo.

SOTELO, Lúcia F. Ribeiro. **Educação e cidadania**: Do ensino social da igreja à prática educativa da CPT no Regional de Goiás. São Paulo: Editora Academia Cristã, ltda. 2007.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

SCHWANTES, M. **Conquistar a terra, reconstruir a vida**. CPT – Dez anos de caminhada. (org) Petrópolis, Vozes, 1985.